

Nota explicativa que acompanha a proposta de alteração do Regulamento (UE) n.º 1408/2013 da Comissão, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* no setor agrícola

A presente nota explicativa visa esclarecer o objetivo e o âmbito de aplicação da proposta de alteração do Regulamento (UE) n.º 1408/2013 da Comissão, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* no setor agrícola («Regulamento 1408/2013»). Acompanha a consulta sobre a proposta, que estará aberta até 21.7.2024.

Os cidadãos, as organizações e as autoridades públicas são convidados a apresentar os seus pontos de vista sobre a alteração proposta.

As partes interessadas são convidadas a apresentar as suas observações em formato eletrónico e a indicar claramente se a sua resposta é confidencial. Nesse caso, deve também ser fornecida uma versão não confidencial da resposta, que possa ser publicada no sítio Web da DG Concorrência.

1. Contexto

«Auxílio *de minimis*» é um apoio tão pequeno que se considera não falsear a concorrência nem afetar as trocas comerciais entre Estados-Membros. Desse modo, considera-se que os auxílios *de minimis* não constituem auxílios estatais. Devido ao montante limitado, o Regulamento relativo aos auxílios *de minimis* permite isenções do controlo dos auxílios estatais para este apoio.

O Regulamento 1408/2013 aplica-se aos auxílios *de minimis* concedidos a empresas que desenvolvem atividades de produção primária de produtos agrícolas. Nos últimos anos, o setor agrícola europeu tem sido confrontado com pressões inflacionistas e preços elevados dos produtos de base.

Em 18 de abril de 2024, o Conselho Europeu «incentivou a Comissão a prosseguir os trabalhos sobre a possibilidade de aumentar o limite máximo dos auxílios *de minimis* no setor agrícola».

Em termos gerais, a Comissão analisa regularmente as regras em matéria de auxílios estatais e adapta-as à dinâmica do mercado interno. As atuais regras *de minimis* caducam em 31 de dezembro de 2027. No entanto, tendo em conta os elementos acima expostos, a Comissão considera adequado antecipar a sua revisão.

2. Alteração proposta

A alteração aborda dois aspetos principais: i) os limites máximos *de minimis* e ii) os requisitos de transparência.

Limite máximo de minimis individual

Desde 2019, o limite máximo *de minimis* individual está fixado em 20 000 EUR por empresa durante um período de três exercícios financeiros. Os Estados-Membros podem optar por um limite máximo mais elevado, fixado em 25 000 EUR por empresa durante o mesmo período, desde que criem um registo central de auxílios *de minimis*.

Em conformidade com a jurisprudência dos tribunais da União, a Comissão só pode aumentar os limites máximos na medida em que não haja risco de distorção da concorrência e do

comércio. Como tal, o poder discricionário da Comissão na fixação dos limites máximos *de minimis* é limitado.

Tendo em conta o que precede, a Comissão propõe aumentar o limite máximo individual para 37 000 EUR. Este valor é calculado tendo em conta a inflação verificada desde a última revisão do regulamento em 2019, com base [nos dados do Eurostat relativos ao IHPC](#)¹, bem como, numa perspetiva de futuro, na inflação projetada com base nas previsões da Comissão Europeia, quando disponíveis (anos 2024 e 2025)², e no objetivo de inflação do BCE para os anos restantes até ao termo proposto da vigência do regulamento (31.12.2032).

Limite máximo nacional

Para além do limite máximo *de minimis* individual, o Regulamento (CE) n.º 1408/2013 estabelece também um limite máximo cumulativo para os auxílios *de minimis* por Estado-Membro (o chamado «limite máximo nacional»). Este limite máximo é fixado em 1,25 % da média do valor dos três anos de produção agrícola mais elevada no período 2012-2017. No caso de um Estado-Membro ter criado um registo central de auxílios *de minimis*, o limite máximo nacional é calculado em 1,5 % da média do valor dos três anos de produção agrícola mais elevada no período 2012-2017.

Para ajustar os limites máximos nacionais, a Comissão propõe prorrogar o período tido em conta para o cálculo, ou seja, basear o cálculo nos anos entre 2012 e 2023.

Tendo em conta a introdução de um registo obrigatório dos auxílios *de minimis* (ver abaixo), a Comissão propõe estabelecer um único limiar individual e nacional, com base na mesma metodologia que é atualmente aplicada para calcular o limite máximo nacional nos Estados-Membros que criaram um registo central. Como tal, o limite máximo nacional revisto proposto é calculado como 1,5 % da média do valor dos três anos de produção agrícola mais elevada no período entre 2012 e 2023. Relativamente ao limite máximo nacional para o Reino Unido no que diz respeito à Irlanda do Norte, devido à disponibilidade de dados, nesta fase é tido em conta o período entre 2012 e 2022.

Período tido em conta para avaliar o cumprimento do limite máximo de minimis

A Comissão propõe alinhar o cálculo com o Regulamento 2023/2832 e calcular o montante acumulado ao longo de três anos, em vez do cálculo atual ao longo de três exercícios financeiros.

Transparência

Para cumprir os requisitos de transparência, os Estados-Membros podem atualmente optar por estabelecer um registo *de minimis* ou pela obtenção de uma autodeclaração dos beneficiários. No entanto, o balanço de qualidade de 2019 mostrou que este sistema é insatisfatório e que podia ser melhorado. Em conformidade com o Regulamento 2023/2831, recentemente revisto, a Comissão propõe, por conseguinte, a criação de um registo

¹ Dados publicados pelo Eurostat em https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tec00118/default/table?lang=en&category=t_prc.t_prc_hic_p (consultados em 3.6.2024).

² Previsões da primavera de 2024 da Comissão Europeia publicadas em https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-forecast-and-surveys/economic-forecasts/spring-2024-economic-forecast-gradual-expansion-amid-high-geopolitical-risks_en#:~:text=Activity%20in%20the%20euro%20area,0.8%25%20in%20the%20euro%20area (consultado em 3.6.2024) sobre as previsões relativas à inflação na UE.

obrigatório. Essa medida reforçará a transparência para as partes interessadas e os Estados-Membros e reduzirá os encargos administrativos para as empresas que atualmente utilizam um sistema de autodeclaração.

3. Avaliação de impacto

O Regulamento (UE) n.º 1408/2013 foi objeto de uma avaliação de impacto em 2019. O âmbito da atual revisão limita-se a adaptações técnicas, nomeadamente o ajuste dos limites máximos à inflação e o alinhamento do regulamento com a recente alteração do Regulamento 2023/2831. Neste contexto, não é necessária uma avaliação de impacto.